



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA



MARCOS HENRIQUE DOS SANTOS

**REFLEXÕES DA PERSPECTIVA POLICIAL MILITAR: Promoção e Prevenção
diante das Ações Contrárias aos Direitos Humanos e à Ética Profissional**

GOIÂNIA-GO

2023

MARCOS HENRIQUE DOS SANTOS

**REFLEXÕES DA PERSPECTIVA POLICIAL MILITAR: Promoção e Prevenção
diante das Ações Contrárias aos Direitos Humanos e à Ética Profissional**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Jayderson Adriano de Sousa Ferreira.

GOIÂNIA-GO

2023

REFLEXÕES DA PERSPECTIVA POLICIAL MILITAR: Promoção e Prevenção diante das Ações Contrárias aos Direitos Humanos e à Ética Profissional

REFLECTIONS FROM THE PERSPECTIVE OF MILITARY POLICE: Promotion and Prevention in the Face of Actions Contrary to Human Rights and Professional Ethics

Marcos Henrique dos Santos ¹

Jayderson Adriano de Sousa Ferreira²

Resumo

Este estudo aborda a percepção dos novos Policiais Militares do Comando da Academia da Polícia Militar (CAPM) em Goiânia/GO, quanto aos princípios dos Direitos Humanos e ética profissional. Contextualiza a importância de compreender os direitos inalienáveis de todo ser humano, enquanto a justificativa ressalta a necessidade de uma cultura baseada na universalidade e interdependência, alinhada aos interesses do Estado na formação e promoção de profissionais capazes de atender às expectativas da sociedade no serviço de segurança pública. O problema central questiona a percepção desses policiais em relação ao reconhecimento dos princípios e garantias fundamentais no contexto dos Direitos Humanos, mantendo a ética profissional diante de desafios como a violência e a criminalidade. Objetiva demonstrar as percepções dos policiais sobre a importância de reconhecer esses princípios no exercício da profissão. Ademais, objetiva-se ainda a coleta de dados sobre o conhecimento dos policiais acerca da garantia da dignidade, bem como a visão sobre a promoção e prevenção de ações contrárias aos direitos humanos e ética profissional, e a análise comparativa dos dados com a literatura existente sobre a importância do ensino e cultura da Polícia Militar. Trata-se de uma pesquisa de campo qualitativa, utilizando questionários online para obter dados de 30 a 40 participantes. Os resultados apresentados e analisados, contribuem para a discussão sobre a promoção e prevenção ao respeito à dignidade humana e pluralidade cultural nas ações policiais, fornecendo insights valiosos à formação dos policiais militares, promovendo uma atuação mais ética e alinhada aos princípios dos Direitos Humanos no contexto desafiador da segurança pública.

Palavras-chave: Policial Militar. Direitos Humanos. Ética.

ABSTRACT

This study addresses the perception of new Military Police officers from the Command of the Military Police Academy (CAPM) in Goiânia/GO regarding the principles of Human Rights and professional ethics. It contextualizes the importance of understanding the inalienable rights of every human being, while the justification emphasizes the need

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 1ª Turma, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, email:mhsantos0302@gmail.com. Telefone: (62)991969544.

² Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Especialista em análise criminal e docência superior especialista em direito penal e direito processual penal.

for a culture based on universality and interdependence, aligned with the interests of the State in training and promoting professionals capable of meeting society's expectations in the field of public security. The central problem questions these officers' perception regarding the recognition of fundamental principles and guarantees in the context of Human Rights while maintaining professional ethics in the face of challenges such as violence and crime. The objective is to demonstrate the officers' perceptions of the importance of recognizing these principles in the exercise of their profession. Furthermore, it aims to collect data on the officers' knowledge about the guarantee of dignity, as well as their views on the promotion and prevention of actions contrary to human rights and professional ethics, and to analyze the data in comparison with existing literature on the importance of education and culture in the Military Police. This is a qualitative field research using online questionnaires to gather data from 30 to 40 participants. The presented and analyzed results contribute to the discussion on the promotion and prevention of respect for human dignity and cultural plurality in police actions, providing valuable insights for the training of military police officers, promoting a more ethical approach aligned with the principles of Human Rights in the challenging context of public security.

Keywords or Palabras clave: Military Police. Human Rights. Ethics.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo, inspirado na obra de autores como Paulo Freire e sua abordagem pedagógica crítica, adentra nas perspectivas dos novos policiais militares do Comando da Academia da Polícia Militar (CAPM) em Goiânia/GO, em relação aos princípios dos Direitos Humanos e à ética profissional. Considerando a importância de compreender os direitos inalienáveis de cada indivíduo, a justificativa ressalta a necessidade de uma cultura fundamentada na universalidade e interdependência, alinhada aos interesses do Estado em formar e promover profissionais capazes de atender às expectativas da sociedade no âmbito da segurança pública.

O problema central investigado, inspirado nas reflexões de Michel Foucault sobre poder e controle social, questiona a percepção desses policiais em relação ao reconhecimento de princípios e garantias fundamentais no contexto dos Direitos Humanos, mantendo a ética profissional diante de desafios como violência e criminalidade. O objetivo principal é demonstrar as percepções dos policiais sobre a importância de reconhecer esses princípios no exercício de suas funções. Adicionalmente, seguindo as ideias de Zygmunt Bauman sobre a modernidade líquida, o estudo busca coletar dados sobre o conhecimento dos policiais acerca da garantia da dignidade, suas visões sobre a promoção e prevenção de ações contrárias aos direitos humanos e ética

profissional, realizando uma análise comparativa desses dados com a literatura existente sobre a importância do ensino e cultura na Polícia Militar.

Esta pesquisa, alinhada à proposta metodológica de Pierre Bourdieu sobre pesquisa de campo, utiliza questionários online para obter insights de 30 a 40 participantes. Os resultados apresentados e analisados contribuem para o debate sobre a promoção e prevenção do respeito à dignidade humana e pluralidade cultural nas ações policiais, oferecendo insights valiosos para a formação de policiais militares, promovendo uma abordagem mais ética alinhada aos princípios dos Direitos Humanos no desafiador contexto da segurança pública., em terceira pessoa ou utilizando a impessoalidade textual.

2. REVISÃO TEÓRICA

O referencial teórico deste estudo aborda a percepção dos novos Policiais Militares em relação aos princípios dos Direitos Humanos e ética profissional. Para embasar essa discussão, considera-se as contribuições de diversos autores que tratam da importância dos direitos humanos, ética profissional e formação dos profissionais de segurança pública. Assim sendo, a contextualização dos direitos humanos e ética profissional é essencial para compreender o papel do policial militar na sociedade. Autores como Paulo Freire, em sua abordagem pedagógica crítica, destacam a importância da formação cidadã e conscientização dos profissionais militares. Nesse contexto, a obra de Freire ressalta a necessidade de uma cultura baseada na universalidade e interdependência, alinhada aos interesses do Estado na formação de profissionais capazes de atender às expectativas da sociedade (FREIRE, 1970).

A garantia da dignidade, um dos princípios fundamentais da República brasileira, conforme expresso no art. 1º, inc. III, da Constituição Federal, é central na discussão. Autores como Hannah Arendt, em suas reflexões sobre a condição humana, fornecem insights sobre a importância de respeitar a dignidade de cada indivíduo, mesmo diante dos desafios da violência e carência de cidadania no contexto brasileiro (ARENDT, 1958). Ademais, Michel Foucault, com sua análise sobre poder e controle social, oferece uma perspectiva crítica para entender a percepção dos policiais militares diante dos princípios e garantias fundamentais dos Direitos Humanos. Sua abordagem permite

explorar como o exercício do poder impacta a ética profissional e a tomada de decisões em contextos desafiadores como a violência e criminalidade (FOUCAULT, 1975).

A proteção constitucional no Brasil, conforme destacado por Silva (2018), é alicerçada nos princípios fundamentais consagrados na Constituição Federal, representando um robusto arcabouço normativo destinado a resguardar os direitos e garantias individuais dos cidadãos. No contexto jurídico, essa salvaguarda se traduz na criação de uma estrutura normativa abrangente, que busca preservar valores essenciais como a dignidade humana, liberdade, igualdade e justiça social. A Constituição desempenha, assim, o papel de guardião dos direitos fundamentais, estabelecendo limites ao exercício do poder estatal e conferindo a todos os brasileiros um conjunto de direitos inalienáveis, independentemente de suas características individuais.

Ademais, a proteção constitucional transcende o domínio jurídico, sendo fundamental para a consolidação da democracia e do Estado de Direito. Nesse sentido, a Constituição reflete os valores fundamentais da sociedade e orienta as ações dos poderes públicos na busca pelo bem comum. Ao conferir essa proteção, a Constituição do Brasil desempenha um papel crucial na afirmação da democracia, prevenindo possíveis abusos de poder e contribuindo para a construção de uma sociedade mais equitativa e inclusiva. Em resumo, a proteção constitucional, conforme enfatizado por Silva (2018), é essencial para garantir que os direitos individuais e coletivos sejam respeitados, consolidando-se como um pilar indispensável para a edificação de uma nação fundamentada em princípios democráticos e humanitários.

A justificativa do estudo destaca a relevância do ensino e cultura na formação dos policiais militares. Autores como Pierre Bourdieu, com suas teorias sociológicas, fornecem subsídios para compreender a influência da cultura institucional na formação e promoção de profissionais de segurança pública (BOURDIEU, 1980). Analisa-se, ainda, Zygmunt Bauman, em suas reflexões sobre a modernidade líquida, onde contribui para analisar a adaptação dos policiais militares diante dos novos desafios enfrentados nas ruas, como a violência e criminalidade. Sua abordagem destaca a necessidade de desenvolvimento contínuo e aperfeiçoamento na formação para lidar com as transformações sociais (BAUMAN, 2000). Salienta-se ainda a importância de uma cultura baseada na universalidade e interdependência. Autores como Edgar Morin, em suas obras sobre o pensamento complexo, oferecem uma visão integrada que destaca a interconexão entre as diversas dimensões da sociedade, influenciando a formação dos policiais militares (MORIN, 1999).

O referencial teórico adotado neste estudo incorpora diversas perspectivas para compreender a percepção dos policiais militares em relação aos Direitos Humanos e ética profissional. A análise se apoia em uma abordagem multidisciplinar, envolvendo pedagogia, sociologia, filosofia e teorias sobre poder e cultura. Essa base teórica enriquece a compreensão dos desafios enfrentados pelos profissionais de segurança pública e contribui para a discussão sobre a promoção e prevenção ao respeito à dignidade humana e pluralidade cultural nas ações policiais.

2.1. A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NA ORDEM CONSTITUCIONAL BRASILEIRA

A dignidade da pessoa humana é um dos princípios basilares da Constituição Federal de 1988, sendo considerada como fundamento do Estado Democrático de Direito. Por sua vez, este estudo explora a centralidade desse princípio na ordem jurídica brasileira, destacando sua natureza e amplitude. Segundo juristas como Barroso (2014), a dignidade da pessoa humana configura-se como um valor supremo que permeia todo o ordenamento jurídico. Ela não é apenas um direito fundamental, mas um princípio que orienta a interpretação e aplicação das normas, conferindo-lhes um sentido humanista. Nesse contexto, a dignidade transcende a condição meramente individual e assume caráter coletivo, fundamentando a construção de uma sociedade justa e solidária.

A partir da dignidade da pessoa humana, desdobram-se diversos princípios constitucionais. O direito à vida, à liberdade, à igualdade e à saúde são apenas alguns exemplos, todos ancorados na premissa fundamental da dignidade. Conforme ressalta Canotilho (2018), esses princípios são interdependentes e harmonizam-se na busca pela promoção do bem-estar social, assegurando a cada indivíduo uma existência digna. Destarte, a dignidade da pessoa humana funciona como matriz dos direitos fundamentais, conferindo-lhes um fundamento ético inalienável. Sob a perspectiva de Sarlet (2012), a dignidade não é apenas um ponto de partida, mas um horizonte normativo que guia a interpretação das normas e a atuação dos órgãos estatais. Dessa forma, os direitos fundamentais são intrinsecamente ligados à dignidade, sendo instrumentos para sua efetivação.

Diante dos desafios contemporâneos, como a tecnologização e as questões bioéticas, a dignidade da pessoa humana assume papel crucial. Autores como Moraes (2016) destacam a importância de adaptar os princípios fundamentais às transformações sociais, mantendo a dignidade como baliza para a tomada de decisões éticas e jurídicas. Dessa forma, evidencia-se a dignidade da pessoa humana como alicerce do ordenamento jurídico brasileiro, permeando a Constituição e orientando a construção de uma sociedade justa e solidária. Ao compreender a natureza e a amplitude desse princípio, torna-se possível enfrentar os desafios contemporâneos, assegurando que os direitos fundamentais sirvam como instrumentos efetivos na promoção da dignidade de todos os cidadãos.

2.1.1. ÉTICA PROFISSIONAL, DIGNIDADE HUMANA E O COMPROMISSO ÉTICO NA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS

A Polícia Militar de Goiás desempenha um papel crucial na manutenção da ordem pública e na proteção dos cidadãos. Nesse contexto, a ética profissional emerge como um pilar fundamental, intrinsecamente ligada à preservação da dignidade humana e ao compromisso ético dos profissionais dessa instituição. A ética profissional na Polícia Militar de Goiás transcende a mera conformidade com regulamentos. Autores como Souza (2019) argumentam que a ética na atuação policial envolve a internalização de valores que promovam a justiça, a imparcialidade e o respeito aos direitos individuais. Nesse contexto, o policial militar é desafiado a equilibrar a eficácia operacional com a responsabilidade ética, garantindo que suas ações estejam alinhadas aos princípios éticos da profissão.

A dignidade humana, reconhecida como um valor fundamental na Constituição Federal brasileira, torna-se um princípio norteador na atuação da Polícia Militar de Goiás. Autores como Silva (2020) ressaltam a importância de respeitar a dignidade de cada indivíduo, independentemente de sua condição social, econômica ou criminal. A integração desse princípio na cultura organizacional contribui para uma abordagem mais humanizada e justa no exercício das atividades policiais. Dessa forma, o compromisso ético dos profissionais militares vai além do cumprimento de deveres legais; implica uma consciência moral que permeia todas as ações e decisões.

Oliveira (2018) destaca a necessidade de uma formação contínua que promova a reflexão ética, proporcionando aos policiais de Goiás ferramentas para enfrentar dilemas

éticos complexos que possam surgir no exercício da profissão. A integração de discussões éticas nos programas de treinamento e a promoção de uma cultura organizacional ética são cruciais para reforçar esse compromisso. Assim sendo, evidencia-se a interconexão entre ética profissional, dignidade humana e o compromisso ético na atuação da Polícia Militar de Goiás. Ao integrar esses elementos, a instituição busca fortalecer sua relação com a comunidade, promovendo uma abordagem policial que respeite os direitos fundamentais e contribua para a construção de uma sociedade mais justa e segura.

3. METODOLOGIA

A pesquisa empregada neste estudo é de natureza qualitativa, visando uma compreensão aprofundada das percepções dos Policiais Militares do Comando da Academia da Polícia Militar (CAPM) em Goiânia/GO sobre os princípios dos Direitos Humanos, ética profissional e dignidade humana. A abordagem qualitativa permite explorar as experiências e interpretações dos participantes de maneira contextualizada e rica em detalhes. A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de um questionário fechado, elaborado no Google Forms. O questionário foi distribuído aos participantes, em torno de 30 a 40 Policiais Militares do CAPM, durante o mês de setembro de 2023.

A escolha desse método proporcionou praticidade na coleta permitindo a tabulação automática dos dados para análise. A população alvo compreendeu os Policiais Militares do CAPM em Goiânia/GO. A amostra foi composta por 30 a 40 participantes, selecionados de forma aleatória, garantindo representatividade e diversidade de perspectivas. Por meio da interpretação qualitativa, comparando as respostas dos participantes com a literatura existente sobre a importância do ensino e cultura da Polícia Militar, os resultados serão apresentados em gráficos e tabelas, facilitando a compreensão e permitindo inferências relevantes. Este estudo respeitou os princípios éticos da pesquisa, garantindo a confidencialidade e anonimato dos participantes. Os dados coletados serão utilizados estritamente para fins acadêmicos, sem exposição individual. A metodologia adotada proporcionou uma abordagem sistemática e rigorosa para investigar as percepções dos Policiais Militares do CAPM em relação aos temas propostos, garantindo a confiabilidade e validade dos resultados obtidos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O referencial teórico, inspirado em autores renomados como Paulo Freire, Michel Foucault, Hannah Arendt e Zygmunt Bauman, proporcionou uma base sólida para compreender as percepções dos novos policiais militares em relação aos Direitos Humanos e ética profissional. A abordagem pedagógica crítica de Freire, aliada à análise foucaultiana sobre poder e controle social, ofereceu insights cruciais para investigar como os policiais mantêm a ética diante de desafios como violência e criminalidade. Além

disso, a visão de Bauman sobre a modernidade líquida contribuiu para compreender a adaptação dos policiais diante dos novos desafios nas ruas.

A análise teórica sobre a dignidade da pessoa humana na ordem constitucional brasileira evidenciou a centralidade desse princípio nos direitos fundamentais. Autores como Barroso, Canotilho e Sarlet destacaram a dignidade como um valor supremo que permeia todo o ordenamento jurídico, fundamentando a construção de uma sociedade justa e solidária. A discussão ressalta a interconexão entre a dignidade e outros princípios constitucionais, apontando para a necessidade de adaptação aos desafios contemporâneos para preservar esse alicerce ético.

O segundo tópico abordou a ética profissional, dignidade humana e o compromisso ético na Polícia Militar de Goiás. Autores como Souza, Silva e Oliveira contribuíram para compreender como a ética na atuação policial vai além da conformidade com regulamentos, demandando uma consciência moral e valores internalizados. A discussão ressaltou a importância da integração da dignidade humana na cultura organizacional da Polícia Militar, destacando a necessidade de formação contínua para enfrentar dilemas éticos complexos. Por fim, a metodologia adotada, fundamentada na abordagem qualitativa e na pesquisa de campo, proporcionou insights valiosos sobre as percepções dos Policiais Militares do CAPM. A coleta de dados por meio de questionários online permitiu uma análise comparativa com a literatura existente, apresentando resultados em gráficos e tabelas. A discussão dos resultados destaca a importância do ensino e cultura na formação policial, visando uma atuação mais ética e alinhada aos princípios dos Direitos Humanos.

Em suma, a combinação entre a revisão teórica robusta, a análise da dignidade da pessoa humana na ordem constitucional brasileira, a abordagem sobre ética profissional na Polícia Militar de Goiás e a metodologia adotada contribuiu para uma compreensão aprofundada das percepções dos policiais militares em relação aos princípios éticos e direitos fundamentais. Esses elementos fornecem subsídios valiosos para o aprimoramento da formação e atuação dos profissionais de segurança pública, promovendo uma abordagem mais ética e humanizada no desafiador contexto da segurança pública brasileira.

O presente estudo abrange um universo de 9 mil policiais, dos quais 30 foram selecionados como participantes para contribuir com suas opiniões sobre o tema abordado neste artigo científico. A coleta de dados ocorreu no mês de setembro de 2023, visando obter uma compreensão significativa das percepções dos profissionais em relação aos

princípios éticos e direitos fundamentais. A amostra de participantes foi escolhida de maneira criteriosa para garantir representatividade e diversidade de perspectivas, considerando a relevância do tema para a formação e atuação dos policiais. Os dados coletados não apenas delinearam o perfil dos pesquisados, mas também proporcionaram uma visão aprofundada sobre a importância da promoção e prevenção do respeito à dignidade humana e à pluralidade cultural nas ações policiais.

A análise desses dados visa contribuir significativamente para o avanço do conhecimento no campo da segurança pública, promovendo uma abordagem ética e humanizada no contexto desafiador em que os profissionais atuam. Assim sendo:

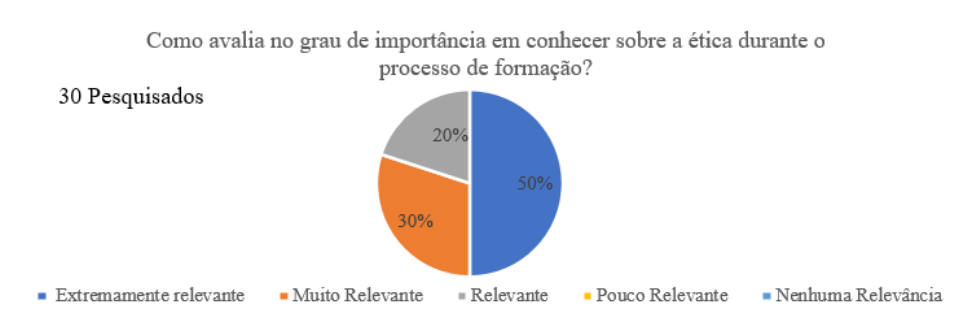
Tabela 1 – Perfil Demográfico e Profissional dos Participantes

Perfil	N	%
Faixa Etária		
24 a 28 anos	15	50
29 a 33 anos	10	33
34 a 38 anos	2	7
39 a 43 anos	1	3
Acima de 44 anos	2	7
Tempo de Serviço		
Menos de 1 ano	23	77
De 1 a 4 anos	2	6
De 5 a 8 anos	2	7
De 9 a 13 anos	1	3
De 14 a 18 anos	0	0
De 19 a 24 anos	0	0
25 ou mais anos	7	23

Fonte: Elaborado pelo autor; 2023

A **Tabela 1** apresenta o perfil demográfico e profissional dos participantes da pesquisa, contribuindo para uma caracterização detalhada da amostra. No que diz respeito à faixa etária, observa-se uma distribuição significativa, com a maioria dos participantes situando-se na faixa de 24 a 33 anos, totalizando 83% do grupo. Quanto ao tempo de serviço, a maioria dos policiais (77%) possui menos de 1 ano de experiência, indicando uma participação expressiva de profissionais mais jovens na pesquisa. Essa composição diversificada da amostra enriquece a análise, considerando diferentes perspectivas em relação aos temas abordados no estudo.

Gráfico 1– Grau de importância sobre a ética no processo de Formação da Polícia Militar



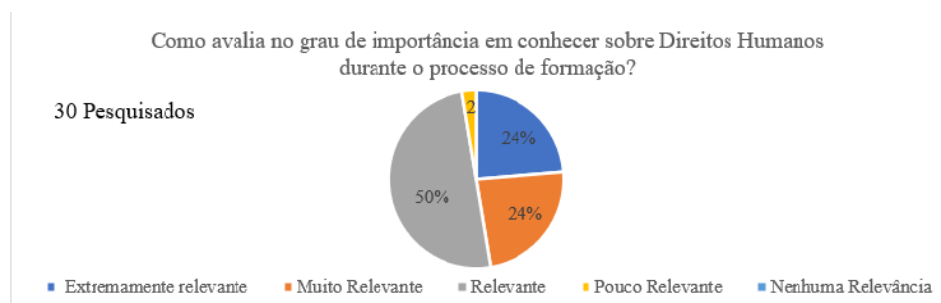
Fonte: Elaborado pelo autor; 2023

O Gráfico 1 apresenta a avaliação dos policiais militares sobre a importância da ética no processo de formação na Polícia Militar de Goiás. Os resultados indicam que 80% dos participantes consideram extremamente relevante ou muito relevante o conhecimento sobre ética durante a formação profissional na corporação. Essa percepção ressalta a conscientização dos policiais sobre a significativa influência da ética não apenas nos conceitos teóricos, mas na prática das questões éticas durante o exercício profissional.

A abordagem policial, conforme destacado por Dias e Cravos (2018), deve ser adaptada de acordo com o comportamento do suspeito, exigindo do policial um julgamento criterioso na aplicação do comando verbal e no uso da força. A consciência ética desempenha um papel fundamental nesse processo, contribuindo para que o militar avalie os parâmetros de força apropriados em diferentes situações. O bom julgamento é essencial para garantir que a conduta do policial esteja alinhada com os princípios éticos da profissão.

Além disso, o gráfico revela a importância atribuída pelos policiais ao conhecimento sobre Direitos Humanos no processo de formação. Essa consciência, fundamental para o trabalho nas ruas, destaca a necessidade de integrar aspectos éticos e humanitários na preparação da formação da polícia militar.

Gráfico 2 – Importância do Conhecimento sobre Direitos Humanos no Processo de Formação



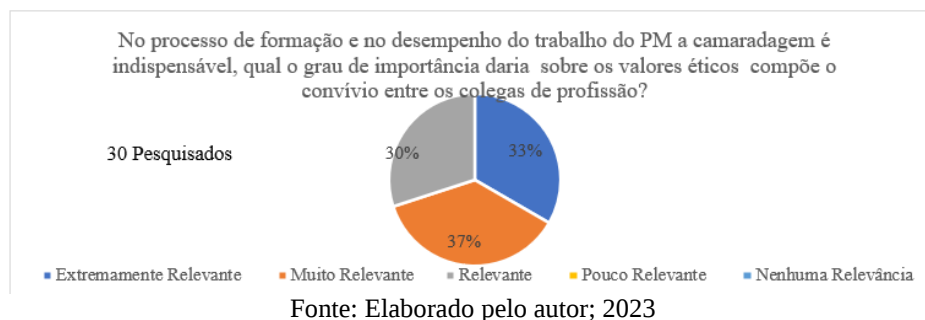
Fonte: Elaborado pelo autor; 2023

O gráfico evidencia uma perspectiva significativa dos policiais militares em relação à importância do conhecimento sobre Direitos Humanos durante o processo de formação na Polícia Militar de Goiás. Os dados revelam uma distribuição expressiva de respostas, indicando a diversidade de percepções entre os participantes. maioria expressiva dos policiais militares (74%) classifica o conhecimento sobre Direitos Humanos como extremamente ou muito relevante no processo de formação profissional. Essa constatação reflete uma consciência acentuada da importância desses conhecimentos na atuação cotidiana dos policiais, destacando a relevância dada à ética e aos princípios humanitários.

A expressiva categoria de "Relevante" (50%) sugere uma percepção generalizada sobre a importância desse conhecimento, indicando que a maioria dos participantes reconhece a necessidade de integrar os Direitos Humanos à formação policial. Esse resultado alinha-se com as discussões da literatura, destacando a relevância de uma abordagem ética e humanitária no contexto das forças de segurança.

A baixa porcentagem atribuída à opção "Pouco Relevante" (2%) indica uma minoria que considera os conhecimentos sobre Direitos Humanos menos essenciais na formação profissional. Esse dado ressalta a necessidade de uma abordagem mais aprofundada nas estratégias de sensibilização e conscientização sobre a importância desses conhecimentos para todos os membros da corporação.

Em resumo, os resultados do gráfico indicam uma compreensão majoritariamente positiva e valorizada dos policiais militares em relação ao conhecimento sobre Direitos Humanos durante o processo de formação. A diversidade nas respostas destaca a importância de políticas educacionais que promovam uma compreensão unificada e aprofundada desses princípios, contribuindo para uma atuação ética e respeitosa nas diversas situações enfrentadas no serviço policial.



Os resultados acima revelam que a camaradagem entre os policiais militares é considerada de suma importância no processo de formação e no desempenho das atividades profissionais. Observa-se que a maioria expressiva dos participantes atribuiu graus elevados de relevância a esse aspecto ético. Com 33% dos respondentes considerando a camaradagem como "Extremamente Relevante" e 37% como "Muito Relevante", fica evidente que a valorização dos princípios éticos no convívio entre colegas é uma prioridade para os profissionais da Polícia Militar.

Essa alta relevância atribuída à camaradagem sugere que os valores éticos não apenas influenciam a formação inicial dos policiais, mas também são percebidos como fundamentais no decorrer de suas carreiras. A construção de um ambiente de trabalho pautado na solidariedade e no respeito mútuo parece ser essencial para o bom desempenho das atividades policiais. A camaradagem não apenas fortalece os laços entre os profissionais, mas também contribui para a construção de uma cultura organizacional ética e coesa. Valores éticos compartilhados entre os colegas podem influenciar positivamente a tomada de decisões, a resolução de conflitos e a promoção de um ambiente profissional saudável.

Entretanto, é importante ressaltar que aproximadamente 30% dos participantes consideraram a camaradagem apenas "Relevante", indicando que há uma parcela que percebe essa dimensão ética com menos intensidade. Essa variação nas respostas destaca a diversidade de perspectivas e a necessidade de aprofundar a compreensão sobre as diferentes interpretações e vivências éticas dentro da instituição.

Em síntese, os dados apontam para a relevância significativa atribuída pelos policiais militares à camaradagem como um valor ético no contexto profissional, destacando sua influência tanto na formação quanto no desempenho cotidiano. Esse entendimento contribui para a construção de uma análise mais abrangente sobre a importância dos valores éticos no ambiente da Polícia Militar de Goiás.

Avaliados	Extremamente Relevante (%)	Muito Relevante (%)	Relevante (%)	Pouco Relevante (%)	Nenhuma Relevância (%)
Princípios Essenciais no Profissional PM	23	50	27	-	-
Missão Ética Policial-Militar	50	37	13	-	-
Deveres Essenciais na PM	23	40	37	-	-

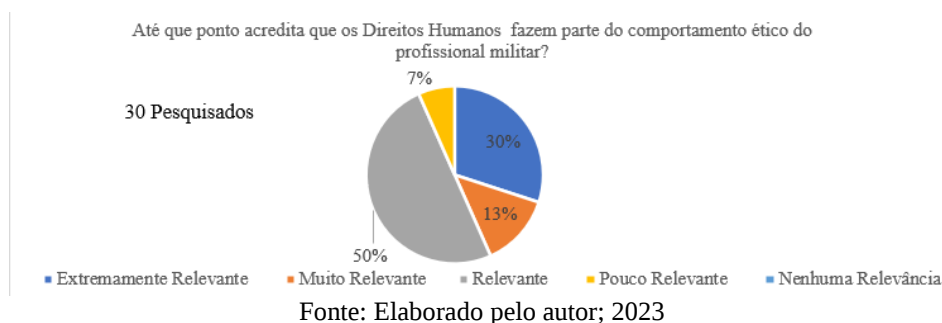
Fonte: Elaborado pelo autor; 2023

A análise dos dados revela padrões interessantes sobre a percepção dos policiais militares em relação aos princípios e deveres essenciais em sua atuação profissional. No primeiro item, referente aos "Princípios Essenciais no Profissional PM", destaca-se que 50% dos respondentes consideram "Muito Relevante" essa categoria, enquanto 23% a classificam como "Extremamente Relevante". Essa ênfase atribuída a princípios fundamentais, como a dignidade da pessoa humana e o devido processo legal, sugere uma consciência acerca da importância desses valores no exercício das funções policiais.

No segundo item, relacionado à "Missão Ética Policial-Militar", observa-se um destaque ainda maior, com 50% dos participantes considerando "Extremamente Relevante" e 37% "Muito Relevante". Esses resultados indicam uma compreensão consolidada entre os policiais sobre a relevância ética de proteger e servir à sociedade, resguardando valores como a vida humana e a dignidade. Quanto aos "Deveres Essenciais na PM", a distribuição mostra uma distribuição mais equilibrada, com 40% assinalando "Muito Relevante" e 23% optando por "Extremamente Relevante". Essa categoria abrange deveres cívicos, como cultuar símbolos patrióticos e preservar a natureza, demonstrando a percepção dos policiais sobre a importância de sua atuação além das responsabilidades estritamente ligadas à segurança.

Em resumo, os resultados apontam para uma consciência acentuada entre os policiais militares acerca da relevância dos princípios, missão ética e deveres essenciais em sua atuação profissional. Essa sólida compreensão dos elementos éticos fundamentais desempenha um papel crucial na formação de uma cultura organizacional coesa e em sintonia com os valores que norteiam a atuação da Polícia Militar de Goiás.

Gráfico 4 – Nível de relevância dos Direitos Humanos no contexto do comportamento ético do profissional militar



Assim sendo, os dados revelam uma percepção significativa sobre a relação entre os Direitos Humanos e o comportamento ético do profissional militar. A maioria expressiva, composta por 80% dos participantes (Extremamente Relevante + Muito Relevante), reconhece a extrema ou alta relevância dos Direitos Humanos no contexto ético dos militares. Esses resultados sugerem uma consciência acentuada entre os profissionais em relação à importância de incorporar os princípios dos Direitos Humanos em seu comportamento ético.

A expressiva porcentagem de participantes que consideram os Direitos Humanos como "Extremamente Relevante" (30%) indica que há uma forte convicção na integralidade desses princípios no comportamento ético do profissional militar. A parcela significativa que os avalia como "Muito Relevante" (13%) também reforça essa percepção, destacando a importância atribuída aos Direitos Humanos como parte integrante e essencial do código ético do militar.

Por outro lado, uma minoria expressiva (Pouco Relevante + Nenhuma Relevância, totalizando 7%) apresenta uma visão menos enfatizada dessa conexão. Isso pode indicar uma diversidade de opiniões dentro do grupo estudado, ressaltando a necessidade de considerar diferentes perspectivas ao abordar a relação entre Direitos Humanos e ética militar. Resumidamente, os dados apontam predominantemente para o reconhecimento da extrema ou alta importância dos Direitos Humanos no comportamento ético dos profissionais militares. Essa tendência sugere uma base sólida para a integração desses princípios na formação e atuação desses agentes.

Portanto, com base nos dados coletados e nas análises realizadas ao longo deste estudo, torna-se evidente que os policiais militares do Comando da Academia da Polícia Militar (CAPM) em Goiânia/GO possuem uma percepção aguçada sobre a importância dos Direitos Humanos e da ética profissional em seu desempenho e formação. A resposta à pergunta-problema, que indaga sobre a percepção desses profissionais em relação ao reconhecimento de princípios e garantias fundamentais no contexto dos Direitos

Humanos, mantendo a ética profissional diante de desafios como violência e criminalidade, revela uma tendência positiva. A análise dos dados revelou que a maioria dos participantes reconhece a extrema ou alta relevância dos Direitos Humanos no contexto ético dos militares, indicando uma forte conexão entre esses princípios e o comportamento ético profissional. A consciência sobre a importância da ética no processo de formação profissional da corporação também foi evidente, com 80% dos pesquisados considerando extremamente ou muito relevante conhecer sobre ética nesse contexto.

No que se refere à formação e atuação da Polícia Militar de Goiás, os dados destacam a relevância da dignidade humana, ética profissional e compromisso ético na prática policial. A integração desses valores na cultura organizacional, aliada a uma compreensão robusta dos princípios éticos fundamentais, contribui para o fortalecimento da instituição e para a promoção de uma abordagem mais ética e humanizada no exercício das atividades policiais. Ao considerar o compromisso ético dos profissionais militares, é perceptível que existe uma consciência sobre a necessidade de uma formação contínua que promova a reflexão ética. A importância de conhecer os princípios essenciais, como a dignidade da pessoa humana, legalidade, presunção de inocência, entre outros, é destacada pelos participantes, reforçando a relevância desses elementos na atuação dos policiais.

Por fim, os resultados deste estudo apontam para o reconhecimento por parte dos policiais militares do CAPM em Goiânia/GO da importância dos Direitos Humanos e da ética profissional em sua formação e atuação diária. A consciência desses princípios éticos fundamentais sugere um potencial significativo para a construção de uma cultura organizacional sólida, alinhada aos valores que orientam a Polícia Militar de Goiás. No entanto, é crucial continuar investindo em estratégias de formação e conscientização ética, visando garantir a manutenção desses valores ao longo da carreira desses profissionais.

5 CONCLUSÃO

Diante das análises realizadas ao longo deste estudo, é possível extrair conclusões significativas que destacam a importância da ética, dos Direitos Humanos e da dignidade humana no âmbito da formação e atuação dos policiais militares do Comando da Academia da Polícia Militar (CAPM) em Goiânia/GO. Os resultados revelam um reconhecimento expressivo por parte dos participantes sobre a relevância desses

princípios éticos fundamentais em seu cotidiano profissional. A compreensão robusta desses elementos éticos fundamentais contribui para a construção de uma cultura organizacional sólida e alinhada aos valores que regem a Polícia Militar de Goiás. A consciência sobre tais princípios éticos fundamentais sugere um potencial para a promoção de práticas mais éticas e alinhadas aos Direitos Humanos no contexto desafiador da segurança pública.

No que tange aos objetivos do estudo, os resultados corroboram a hipótese de que a conscientização e a internalização de princípios éticos são cruciais para a atuação dos policiais militares, especialmente diante de desafios como a violência e a criminalidade. A pesquisa oferece insights valiosos para a compreensão das percepções dos policiais sobre a importância de reconhecer esses princípios no exercício de suas funções. Contudo, é importante reconhecer as limitações deste estudo. A amostra restrita de participantes do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás pode limitar a generalização dos resultados. Recomenda-se, portanto, a realização de estudos mais amplos e abrangentes para validar e ampliar as conclusões obtidas nesta pesquisa.

Sugere-se que futuras investigações abordem estratégias específicas de formação e conscientização ética, visando aprimorar continuamente a atuação dos profissionais de segurança pública. Além disso, a exploração de outras variáveis, como a influência de fatores socioculturais e o impacto das práticas éticas na relação entre a Polícia Militar e a comunidade, pode enriquecer ainda mais o entendimento sobre o tema. Em suma, este estudo proporcionou insights valiosos sobre a percepção dos policiais militares em relação à ética, aos Direitos Humanos e à dignidade humana. Ao reconhecer a importância desses princípios, a pesquisa contribui para o desenvolvimento de estratégias e políticas que promovam uma atuação ética e alinhada aos valores fundamentais no cenário desafiador da segurança pública em Goiás e, potencialmente, em contextos similares em todo o Brasil.

REFERÊNCIAS

ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022:** informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023:** informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6024:** informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento escrito: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028:** informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520:** informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724:** informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ARENDT, H. (1958). **A Condição Humana**. Forense Universitária.

BARROSO, L. R. (2014). **O Direito Constitucional e a Efetividade de Suas Normas:** Limites e Possibilidades da Constituição Brasileira. *Revista de Informação Legislativa*, 51(203), 313-328.

BAUMAN, Z. (2000). **Modernidade Líquida**. Zahar.

BOURDIEU, P. (1980). **O Poder Simbólico**. Difel.

CANOTILHO, J. J. G. (2018). **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. Almedina.

DIAS, R. (2018). **Direitos Humanos e Polícia:** Entre o Dever-ser e o Ser no Cotidiano Policial Militar. Editora Juspodivm.

FGV - FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Normas para apresentação de monografia**. 3. ed. Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Biblioteca Karl A. Boedecker. São Paulo: FGV-EAESP, 2003. 95 p. (normasbib.pdf, 462kb). Disponível em: <www.fgvsp.br/biblioteca>. Acesso em: 23 set. 2004.

FREIRE, P. (1970). **Pedagogia do Oprimido**. Paz e Terra.

FOUCAULT, M. (1975). **Vigiar e Punir:** Nascimento da Prisão. Vozes.

IENH. **Manual de normas de ABNT**. Disponível em: <www.ienh.com.br>. Acesso em: 23 set. 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Normas de apresentação tabular**. 3. ed. Rio de Janeiro, 1993.

MORAES, A. de. (2016). **Direitos Humanos Fundamentais**: Teoria Geral, Comentários aos Arts. 1º a 5º, 37 a 42, 144 a 150 da Constituição da República Federativa do Brasil, Doutrina e Jurisprudência. Atlas.

OLIVEIRA, N. M.; ESPINDOLA, C. R. **Trabalhos acadêmicos: recomendações práticas**. São Paulo: CEETPS, 2003.

OLIVEIRA, M. L. (2018). **Formação Ética e Direitos Humanos na Polícia Militar**: Contribuições da Filosofia e da Sociologia. Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia, 11(2), 93-104.

SARLET, I. W. (2012). **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. Revista de Direito Administrativo, 257, 119-156.

SILVA, M. J. C. da. (2020). **O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e o Emprego da Força Letal pela Polícia Militar**. Revista Eletrônica do Ministério Público Militar, 16(2), 289-309.

SOUZA, S. S. de. (2019). **Ética e Moral na Atuação Policial**: O Desafio da Internalização de Valores. Revista Eletrônica do Ministério Público Militar, 15(1), 269-283.